



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

DESEMPREGO E TRABALHO INFORMAL: DESIGUALDADES SOCIAIS¹

Myrian Matsuo
FUNDACENTRO
Ministério do Trabalho e Emprego, São Paulo
myrianmatsuo@uol.com.br

O objetivo principal deste estudo é analisar a articulação do trabalho informal e sua importância no modo de produção capitalista. Buscaremos compreender as relações sociais que permeiam essa forma de trabalho e também a influência do contexto político e econômico atual do Brasil sobre esse setor da economia.

A pesquisa tem os seguintes objetivos secundários: (1) analisar os relacionamentos sociais nos processos de inserção e permanência no mercado de trabalho informal e (2) perceber as formas de exploração, dominação e precarização do trabalho e suas consequências sobre as condições de saúde, trabalho e vida dos trabalhadores.

A partir da leitura da bibliografia sobre o trabalho informal, percebe-se que a maioria dos estudos diz respeito aos países periféricos, ou aos chamados “países em desenvolvimento”. O tema da informalidade costuma estar relacionado, principalmente, com as questões do desemprego; da precarização no trabalho; da flexibilização; da reestruturação produtiva; das políticas públicas de emprego e renda; da qualificação profissional; de gênero; do trabalho infantil; do trabalho familiar; da inserção dos deficientes físicos no trabalho; da ocupação do espaço urbano; da previdência social, da saúde e segurança no trabalho entre outros aspectos.

É importante ressaltar que, apesar de a problemática dos trabalhadores terceirizados, quarteirizados, temporários, ou trabalhadores flexíveis, com as devidas implicações para a chamada “nova informalidade”(LIMA, 2002)”, vamos priorizar neste estudo os desempregados e os trabalhadores informais que constituem os quadros da “velha informalidade”. Os trabalhadores entrevistados em meu estudo, são desempregados da indústria, serviços e comércio, que procuram sobreviver do

¹ Esse trabalho faz parte da tese de doutorado em Sociologia, defendida, em fevereiro de 2010, no Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob orientação do Prof. Dr. Sedi Hirano.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

subemprego nas atividades informais, como vendedores ambulantes; catadores de materiais recicláveis; colhedores de laranja; e pescadores de lagosta.

Em primeiro lugar, esta pesquisa procura focar a questão dos trabalhos informais tradicionais, que pertencem à “velha informalidade”: dos trabalhadores por conta-própria, dos autônomos, dos assalariados sem carteira, dos pequenos negócios e das pequenas empresas, onde muitas vezes prevalece o trabalho familiar ou o trabalho domiciliar. Estes trabalhadores, que costumam possuir menor escolaridade e menor qualificação, recebem salários baixos e estão mais expostos às condições precárias de trabalho – principalmente à falta de proteção e de cidadania plena. É de se supor que, devido à precarização, as formas de adoecimento e os acidentes de trabalho sejam diferentes daquelas constatadas para os empregados do mercado formal - por exemplo, destacamos o alto risco de violência, homicídios, acidentes de trânsito e os atropelamentos para os informais (MATSUO, 2006).

Não parece excessivo pontuar que o desempregado não é necessariamente um desocupado, pois, muitas vezes, procura fazer “bicos”. Também ele precisa “se virar”, seja para complementar o seguro-desemprego ou, na falta deste, para desenvolver estratégias de sobrevivência do zero. Outra informação relevante é que desemprego pode perdurar por um longo período, ou se tornar permanente, obrigando o trabalhador a continuar na informalidade de maneira praticamente definitiva (OLIVEIRA, 2005). Faz-se necessário pensar programas e políticas públicas eficazes, voltadas para os trabalhadores informais das pequenas empresas e negócios, os trabalhadores autônomos, ou os que trabalham por conta própria (PRANDI, 1978), em especial os que se encontram desorganizados e excluídos, como é o caso da grande maioria.

No Brasil, o Programa de Economia Solidária (MTE, 2005) tem um importante papel para a organização destes trabalhadores. Podemos constatar, porém, que sua abrangência ainda é limitada em relação ao número de trabalhadores informais no país. Os programas de geração de emprego, tanto os desenvolvidos por iniciativa de órgãos governamentais, como sindicais, também são questionáveis.

Frente a esses contextos, ficam inúmeras indagações. Perguntamo-nos se existe de fato a possibilidade de se gerar postos de trabalho ou emprego para todos os desempregados ou trabalhadores informais. E também, se a própria existência e manutenção das agências de emprego particulares não constitui em si uma forma de



alimentar a “indústria do desemprego”, visto que as agências obtêm altos valores em dinheiro dos candidatos, ansiosos e esperançosos por conseguir trabalho.

Nesta perspectiva, permanece a dúvida sobre as reais possibilidades de construir uma sociedade em que todos sejam assalariados (condição salarial) (CASTEL, 1998). Também nos indagamos sobre a possibilidade de existência de um Estado que proteja a todos ou, em particular, sobre o modelo econômico capitalista (CHESNAIS, 1996) como a principal causa da existência das desigualdades sociais ligadas às relações de trabalho, de renda, de educação e de condição de vida, entre outras. Por outro lado, não negamos a extrema necessidade de programas públicos de atenção ao desempregado ou ao trabalhador informal, mesmo com todas as suas limitações, na medida em que estas iniciativas apresentam alguns resultados positivos.

Entendemos que todos os problemas apresentados confirmam a necessidade de se aprofundar no conhecimento da realidade do trabalho informal, ou da economia informal no Capitalismo (ESTENSSORO, 2003) para podermos combater as reais causas do desemprego, da informalidade, da desigualdade social e da pobreza.

Em segundo lugar, este estudo procura apontar para outro problema que costuma estar presente nas discussões sobre a informalidade: será a inserção na economia informal a única saída para o desemprego e para a dificuldade de reinserção na economia formal, ou será uma alternativa, uma opção de trabalho entre outras possíveis, como defende o princípio do “empreendedorismo” e da “autonomia”? (ALVES & TAVARES, 2006).

O trabalho informal pode tanto indicar uma estratégia de sobrevivência frente à perda de uma ocupação formal, quanto uma opção de vida para alguns segmentos de trabalhadores que preferem desenvolver seu próprio negócio para ganharem mais, serem seus próprios patrões e terem maior autonomia. Neste aspecto, surgem perguntas quanto a uma preferência dos trabalhadores pela formalidade ou informalidade, a rigidez ou a flexibilidade.

Os próprios significados do conceito de trabalho informal suscitam questionamentos sobre as diferentes formas de processos produtivos nos países centrais e nos países dependentes. Fazem-se necessários, portanto: uma caracterização dos trabalhadores informais e desempregados nos diferentes ramos de atividades, em países com características diversas; estudos que comparem os dados coletados no Brasil com



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

aqueles observados para outros países em desenvolvimento; investigações sobre populações que ainda não foram estudadas, com vistas a ampliar nosso conhecimento; um banco de dados organizado sobre esse setor, do qual quase nada sabemos; e por fim, a tentativa de buscar um regime de equidade e de proteção ao setor por meio de políticas públicas eficazes, que englobem soluções para problemas como saúde e segurança no trabalho, precarização, pobreza, desigualdades socioeconômicas, criminalidade, injustiça e exclusão social, entre outros.

O terceiro problema diz respeito a uma associação recorrente entre trabalho informal e trabalho precário, quando talvez nem toda atividade informal possa ser considerada precária. A questão da precarização no trabalho tem sido tema de várias discussões e de publicações, de acordo com a realidade dos países europeus desde a década 90, quando ocorreu um forte processo de reestruturação produtiva e flexibilização do trabalho em diversos países (ANTUNES, 1999). A falta de um contrato de trabalho, ou de um contrato que proteja totalmente o trabalhador, é considerada uma afronta à cidadania social, relativa à vida cotidiana: o trabalhador informal deixa de ser visto como cidadão ou como sujeito de direitos. Este problema se torna importante na medida em que analisamos o tipo de economia, o modelo de desenvolvimento e o papel do Estado.

O trabalho informal é um elemento estrutural da economia no Brasil e nos países em desenvolvimento. A discussão sobre economia informal no Brasil sempre existiu, tendo resultado numa bibliografia extensa e de longa data. O tema foi preponderante na década de 70, com o crescimento do desemprego. O debate abordava os problemas da marginalidade, do desenvolvimento do Capitalismo, da pobreza e da miséria (KOWARICK, 1975, pp. 61-62). Os autores latino-americanos são considerados referências para esta discussão. Hoje o discurso dominante aborda a questão do desemprego tecnológico-estrutural, com desenvolvimento de uma “nova informalidade” em decorrência de novas formas de organização do trabalho constituídas no processo de reestruturação produtiva e na chamada globalização. Perdeu espaço, portanto, o debate sobre as formas de trabalho informal tradicionais. Fica-se com a impressão de que o problema do trabalho informal enquanto exército industrial de reserva está resolvido, ou é quase inexistente, conforme pressuposto pelas teorias marxistas ortodoxas no passado. No entanto, é necessário pontuar que essa economia informal, ou “velha informalidade”



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

não apenas existe, como vem aumentando de maneira considerável juntamente com as novas formas de informalidade e com o aumento do desemprego.

Reconhecemos a importância da discussão sobre o desemprego, a flexibilização do trabalho, a terceirização e o trabalho temporário, entre outros. Por outro lado, é fundamental pensarmos na realidade do trabalho informal nos países periféricos e em desenvolvimento, onde prevalecem, por exemplo, milhares de trabalhadores informais tradicionais - os pequenos negociantes, os trabalhadores por conta própria e os trabalhadores domiciliares -, em conjunto com os trabalhadores informais resultantes do processo de globalização e da reestruturação produtiva. Nossa intenção é apontar para a importância do trabalho informal, mesmo que toda a discussão da Sociologia do Trabalho sobre a informalidade esteja atrelada ao debate do desemprego (GUIMARÃES, 2002).

Destaca-se que o desenvolvimento econômico nos países dependentes está diretamente atrelado ao funcionamento econômico nos países centrais, mas tanto os processos de trabalho, como as condições socioeconômicas possuem características específicas nos países periféricos. Para citar apenas algumas, destacamos a grande desigualdade social, a pobreza, a miséria, a exploração, a corrupção e a existência do Estado mínimo. Dessa maneira, é fundamental retomarmos autores preocupados com a realidade dos países latino-americanos (CACCIAMALI, 2000; QUIJANO, 1998; TOKMAN, 2001), ou dos países em desenvolvimento, como por exemplo, o Brasil, e de procurarmos colaborar com a construção e as reflexões de uma Sociologia que se preocupa com o conhecimento sobre o trabalho informal nas suas diversas formas.

O trabalho informal é considerado como um desdobramento do excedente de mão-de-obra, com ocupações no setor não-organizado do mercado de trabalho (desemprego invisível). Isso equivale a dizer que ele se define a partir de pessoas que criam sua própria forma de trabalho como estratégia de sobrevivência (POCHMANN, 2000, pp. 11-18), ou como parte de formas alternativas de ocupação utilizadas pelas empresas capitalistas na produção – por exemplo, o trabalho em tempo parcial ou casual, o trabalho temporário, o contrato de prestação de serviços, além de subcontratações estabelecidas com pequenas empresas terceirizadas para a produção de bens e serviços (ROSEMBLUTH, 1994).



A questão central, de meu estudo, gira em torno da existência de vínculos entre os informais e o setor dinâmico da economia. Estaria o trabalho informal ligado à lógica capitalista de produção, integrando a cadeia produtiva do circuito de acumulação capitalista, ou seria ele representativo de setores marginais do processo produtivo, excluídos do movimento mais dinâmico da economia? Na verdade, este estudo defende a possibilidade de combinar as duas visões, pois os trabalhadores marginalizados na economia informal procuram se articular com os setores dinâmicos da economia e integrar a cadeia produtiva do circuito de acumulação capitalista, dependendo das oportunidades que surgem. Por outro lado, a economia informal nos apresenta setores que estão a reboque da formal e que passam a ser marginais por estarem descoladas do desenvolvimento econômico. Faz-se portanto uma crítica à visão dual da economia, que separa os setores formais e informais entre o tradicional e o moderno e não os vê de maneira coexistente e interdependente (OLIVEIRA, 2003).

As formas de resistência no trabalho informal ocorrem a partir da construção de redes sociais formadas por parentes e amigos (LIMA, 2006; GUIMARÃES, 2002). Os laços de solidariedade e de confiança na interação social são fundamentais para o desempenho na atividade e permanência na informalidade. Percebe-se que as ações das organizações coletivas, como por exemplo os sindicatos, são praticamente inexistentes ou possuem pouca representatividade. As ações do Estado com as políticas de emprego e obtenção de renda são questionáveis, pois acabam atribuindo ao próprio trabalhador a responsabilidade pela obtenção e garantia de emprego.

A importância de se estudar o tema dos desempregados, dos sub-empregados e, principalmente, dos trabalhadores da economia informal tem a ver com o aumento no número de pessoas desempregadas ao redor do mundo, devido à crise econômica mundial, e o desenvolvimento das estratégias de sobrevivência no setor informal. Em, 2009, 212 milhões ficaram sem trabalho e 1,5 bilhão permaneceram em empregos precários e vulneráveis, na condição de trabalhadores familiares, por conta própria e autônomos (OIT, 2009).

Segundo POCHMANN (2001) o fenômeno do desemprego, que se refere principalmente à economia nos países em desenvolvimento, torna-se hoje um problema para políticas públicas nos países centrais, devido à crescente imigração da mão-de-



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

obra. No Brasil, em 2009, 53,3% contribuíram para a Previdência Social². É preocupante o fato de 46,7% da População Economicamente Ativa (PEA) no país não estar protegida. Os trabalhadores informais de baixa escolaridade, qualificação e renda vivem em situação de pobreza e desigualdade.

O interesse pelas condições de trabalho e de saúde na economia informal está diretamente relacionado com minha carreira profissional numa instituição de pesquisa³ em saúde e segurança do trabalho, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Durante minha vivência de trabalho como pesquisadora, desenvolvi projetos de pesquisa sobre as condições de saúde e de trabalho em diversos ramos de atividades, principalmente nas indústrias de transformação, petroquímica, de transporte urbano, na pesca e sobre a reabilitação profissional de acidentados do trabalho. Também pude entrar em contato com a produção científica nas áreas de saúde e segurança do trabalho, de reabilitação profissional e de saúde mental no trabalho, entre outras, em nível nacional e internacional.

A partir dessa experiência, surgiram algumas questões que consideramos importantes. Em primeiro lugar, há poucas publicações sobre saúde e segurança do trabalho no setor informal da economia; além disso, percebemos a importância de verificar os aspectos socioeconômicos e políticos, bem como as relações de sociais de poder na situação de trabalho e na origem dos problemas reais dos trabalhadores.

Para ressaltar a relevância dos setores informais na economia, um relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) acrescentou que, "segundo estimativas conservadoras, ocorrem no mundo cerca de 250 milhões de acidentes de trabalho e 160 milhões de doenças profissionais por ano. Só entre crianças são aproximadamente 12 milhões de acidentes de trabalho, dos quais 12 mil são fatais. Mortes e ferimentos continuam a representar uma taxa particularmente alta nos países em desenvolvimento,

² Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, Brasil, 2009.

³ FUNDACENTRO - Fundação Jorge Duprat de Figueiredo de Medicina e Segurança no Trabalho, com sede em São Paulo, além de Centros e Escritórios Regionais em diversos Estados. A Fundação foi criada em 1966, com o objetivo de desenvolver estudos e pesquisas na área de saúde e segurança dos trabalhadores. A pesquisadora atua na área de saúde e segurança no trabalho desde 1985, e como socióloga e psicóloga da Fundacentro/Ministério do Trabalho e Emprego, desde 1988.



onde grande número de trabalhadores concentra-se em atividades primárias e de extração, como a agricultura, a pesca, o desmatamento e a mineração⁴”.

A questão da economia informal envolve vários problemas relacionados ao trabalho infantil; aos jovens; aos idosos; aos trabalhadores na maturidade; às mulheres; aos deficientes físicos; aos desempregados de longa duração e aos imigrantes no mercado de trabalho, entre outros. Para complementar, não podemos esquecer da existência da economia subterrânea, em que encontramos inúmeros trabalhadores envolvidos com a criminalidade e a contravenção. Em relação à saúde e à segurança no trabalho, é dado que a maioria dos acidentes de trabalho – fatais ou não – ocorre numa taxa particularmente alta nos países em desenvolvimento, onde a presença da economia informal é significativamente superior, e onde boa parte da ocupação se dá nas atividades primárias, como extração, agricultura e pesca, entre outras.

Com o processo de reestruturação produtiva, na década de 90, ocorreu a queda de empregos formais no setor industrial. Nesta perspectiva, nota-se o aumento de trabalhadores informais não só no espaço da rua, mas também nas grandes empresas, convivendo lado a lado com os trabalhadores formais, mas em situação de desigualdade. Destaca-se a situação de informalidade nas oficinas improvisadas nos domicílios e nas pequenas empresas que prestam serviços às grandes corporações. Em ambos os casos, há condições de trabalho precário, com maiores riscos de acidentes e doenças profissionais. Percebe-se que houve o deslocamento de maior volume da força de trabalho para o setor terciário, no qual também são encontrados vínculos atípicos de trabalho, como as terceirizações, o trabalho temporário e as prestações de serviços, entre outros.

A bibliografia internacional mostra que os trabalhadores terceirizados ou *temporários* ocupam atividades mais perigosas do que os demais – como as operações de manutenção de processos industriais –, ou as realizam sem as medidas de proteção requeridas para os demais trabalhadores (QUINLAN et. al., 2001). Essa mesma bibliografia mostra que no setor informal, pequenas empresas de atividade irregular costumam envolver processos operacionais rudimentares, nos quais os procedimentos

4 Relatório da OIT apresentado no XV Congresso Mundial sobre Segurança e Saúde no Trabalho, que reuniu representantes de 74 países no período de 12 a 16 de abril de 1999, no Brasil.



de segurança são precários ou inexistentes, o que pode explicar a alta taxa de acidentes do trabalho verificada entre esses trabalhadores (LOWENSON, 1998).

Os informais possuem uma identidade deteriorada, em que prevalece a ambigüidade. Ao mesmo tempo em que são vistos como excluídos, marginalizados sociais, “cidadãos de segunda classe”, são considerados criminosos, ilegais, contrabandistas, traficantes e perturbadores da ordem pela opinião pública. Considera-se a existência da corrupção, da espoliação de intermediários, da sonegação, da pirataria e das verdadeiras empresas capitalistas que se encontram por trás dos pequenos negócios.

Este estudo procurou ter como foco os trabalhadores autônomos e os que trabalham por conta própria. Eles permanecem na ponta de uma cadeia produtiva dedicada ao pequeno comércio e empreendimentos de alcance reduzido. A nosso entender, a grande maioria dos que se encontram no setor informal são estas pessoas de pouca qualificação que lutam por sua sobrevivência, obtêm baixos rendimentos, estão expostos às condições mais precárias de trabalho e têm sua cidadania negada.

Faz-se aqui uma crítica à tese que defende o “empreendedorismo”, a autonomia. Segundo esta perspectiva, o trabalhador opta pelo trabalho por conta própria – autônomo ou assalariado sem carteira – como meio de obter maior remuneração e de evitar relações autoritárias com patrões e chefias, apesar da insegurança na renda. A permanência na economia informal é vista antes como escolha e busca por prosperidade e liberdade, do que como exclusão social, dificuldade de inserção (ou reinserção) e permanência na economia formal – o que, a nosso entender, de fato acontece, seja por conta da pouca qualificação, pela baixa oferta de empregos, ou por causa das péssimas condições de trabalho. Para os defensores da idéia de “empreendedorismo”, a importância e influência da política econômica e das políticas de emprego são minimizadas e o trabalhador é visto como responsável pelo seu próprio destino.

Esta pesquisa considera que os trabalhadores informais estão tão sujeitos às condições precárias e à exploração no trabalho quanto os formais, com o agravante de não possuírem quaisquer direitos. A condição de cidadania não é universal em nosso país e está associada ao modo de inserção dos indivíduos no mercado de trabalho. A ruptura do vínculo empregatício formal representa, na prática, a perda de direitos e benefícios sociais. Ao ingressar no setor informal, os trabalhadores se convertem numa espécie de “cidadãos de segunda classe”, perdendo inclusive direitos garantidos pela



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

Constituição brasileira. Este estudo defende a idéia de uma política de proteção social universal e de uma política de emprego e renda que vise ao direito de cidadania plena.

Um emprego com carteira assinada pode ser considerado por alguns trabalhadores na informalidade como a solução para sair de uma dura rotina de trabalho, marcada, por exemplo, pelo enfrentamento de jornada prolongada, a intensificação do ritmo de trabalho, os baixos salários, a ausência de férias, a falta de direito ao auxílio doença e acidentário, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, à aposentadoria e a qualquer proteção social, entre outros aspectos.

Pode-se notar que ter um trabalho com carteira assinada ainda apresenta um simbolismo muito forte, à medida que muitos se sentiriam mais prestigiados e respeitados pela sociedade caso tivessem empregos formais, existindo mesmo uma certa “ilusão” quanto às vantagens que ele poderia propiciar. O emprego formal acaba sendo superestimado pelas garantias e direitos que são oferecidos, ao mesmo tempo em que as condições precárias e conflitos nas relações sociais entre empregador e trabalhador correm riscos de serem subestimados.

O método de pesquisa qualitativo é utilizado para compreender as trajetórias sociais e profissionais dos trabalhadores informais. Concordamos com os autores que defendem a compreensão das trajetórias profissionais (GUIMARÃES & HIRATA, 2006) como aspectos privilegiados para verificar as racionalidades que orientam as ações dos trabalhadores: suas estratégias de sobrevivência e resistências, a formação, manutenção e organização de grupos de desempregados e informais. Também valorizamos a importância de analisar os efeitos das formas de exploração sobre as condições de saúde e de trabalho.

Segundo DUBAR (1998), a análise das trajetórias sociais relaciona-se com o tema da articulação de dois aspectos do processo biográfico. A trajetória objetiva é definida como “seqüência das posições sociais ocupadas durante a vida, medida por categorias estatísticas e condensada numa tendência geral”. Em contraste, a “trajetória subjetiva é expressa em diversos relatos biográficos, por meio de categorias inerentes, remetendo a mundos sociais e condensáveis em formas identitárias heterogêneas”. Para o autor, “confrontar ambas as análises toma toda sua importância ao se tentar apreender identidades sociais como processos ao mesmo tempo biográficos e institucionais”.



Foram realizadas 60 entrevistas individuais, sendo 44 com homens e 16 mulheres, entre catadores de materiais recicláveis, vendedores ambulantes e colhedores de laranja. No caso dos pescadores de lagosta todos os entrevistados eram homens. As três entrevistas coletivas contaram com a participação de 100 pescadores ao todo. Além disso, foram realizadas entrevistas de longa duração com trabalhadores, familiares, representantes de instituições sindicais, movimentos sociais e órgãos do governo. O trabalho de campo ocorreu no período de 2008 e 2009.

A análise se detém nas trajetórias ocupacionais e de vida de trabalhadores que, após o desemprego, por não conseguirem empregos com o mesmo status ou com melhores salários, por terem pouca escolaridade isto é, o ensino fundamental incompleto, recorreram ao trabalho informal como estratégia de sobrevivência. Na análise do perfil socioeconômico percebemos que a maioria dos entrevistados é do sexo masculino, tem mais que 30 anos, era da cor negra ou parda e se encontrava na fase de vida economicamente ativa. A origem dos entrevistados é, principalmente, da região nordeste. É significativa a presença daqueles que nasceram na região sudeste.

Entre os trabalhadores informais, a maioria é inserida, em primeiro lugar, no sistema de trabalho familiar quando criança. Muitos se tornam assalariados sem carteira de trabalho antes dos 12 anos. Fazem bico na lavoura, cuidam de animais, de crianças e fazem trabalho doméstico. Os vendedores ambulantes pesquisados entraram no mercado de trabalho aos 15 anos, possuem maior escolaridade e qualificação e tiveram carteira de trabalho assinada no primeiro emprego.

Constatou-se que, em todas as ocupações estudadas, alguns indivíduos nunca tiveram emprego estável, principalmente os jovens. Um número expressivo de trabalhadores teve mais tempo de trabalho como assalariado sem carteira registrada, conta-própria e trabalhador familiar do que assalariado com carteira de trabalho. Esse fato era preocupante para os trabalhadores, pois significava a falta de perspectivas para uma aposentadoria.

Entre os entrevistados foi encontrado um número expressivo de sujeitos que tiveram experiência de trabalho na Indústria e Serviços. Alguns desenvolveram atividades em funções que exigiam maior qualificação e propiciavam “status” social em sua trajetória profissional. Outros tiveram apenas experiências de trabalho em funções que não exigiam qualificação e não davam prestígio.



COMIN (2003), em seu estudo longitudinal com trabalhadores desempregados de indústrias, percebeu que a mobilidade ocupacional, do setor formal para o setor informal, é mais intensa entre trabalhadores menos qualificados, como por exemplo os trabalhadores manuais, desprovidos de um saber técnico claramente identificável

Os trabalhadores desempregados e menos qualificados não podem parar no desemprego aberto, migram para atividades informais no comércio e nos serviços, em pouco tempo, e não retornam à ocupação anterior. Pode existir reconversão para o setor formal, embora ela talvez não seja duradoura. Desta maneira, percebe-se uma elevada rotatividade e, no futuro, permanência definitiva na informalidade.

A maioria dos trabalhadores entrevistados disse que prefere trabalhar com carteira de trabalho assinada. Os argumentos sobre as vantagens da carteira assinada são: “viver com direitos e ser cidadão” (FGTS, férias, décimo terceiro, seguro-desemprego, auxílio doença, auxílio acidente de trabalho, convênio médico e aposentadoria, entre outros); “poder contar com o salário no fim do mês”; “ganhar menos que trabalhador por conta-própria, mas ter os direitos”; “ter estabilidade”; e poder planejar com mais tranquilidade as férias, viagens, reforma da casa, compra de automóveis entre outros desejos.

Apesar de não representarem a maior parte dos desempregados, as mulheres, jovens e idosos têm presença significativa no mercado informal. Além disso, podemos considerar que esses trabalhadores se encontram em condições mais vulneráveis na informalidade. Entre as mulheres, a maioria é mãe, chefe de família ou divide as despesas da casa com o companheiro, possui dupla jornada de trabalho, cuidam dos filhos, dos parentes idosos e doentes e dos afazeres domésticos.

Os jovens não conseguem inserção em emprego estável, vivem através de “bicos” e atividades informais e não conseguem conciliar o trabalho com os estudos. A baixa escolaridade e qualificação são fatores agravantes para se conseguir melhor inserção no mercado de trabalho. Foram encontrados trabalhadores com idade avançada, acima de 60 e 70 anos, em todas as ocupações. A permanência desses trabalhadores no mercado de trabalho foi percebida como um prolongamento da vida produtiva que, na maioria das vezes, não ocorre por opção.

Alguns idosos aposentados ou sem aposentadoria, encontram no trabalho informal, um meio de obter renda para complementar o valor insuficiente da



aposentadoria ou benefício, ou de conseguir um mínimo de rendimento para o próprio sustento ou da família. Em meu estudo a maioria dos idosos aposentados recebe o valor de um salário mínimo. Para outros, que não recebem qualquer benefício, a inserção ou reinserção na informalidade é a única maneira de continuar na luta pela sobrevivência – sendo este o motivo mais comum ouvido dos trabalhadores desta pesquisa para justificar o trabalho em idade avançada.

As consequências das condições de trabalho sobre a saúde física e mental dos trabalhadores – no caso, os vendedores ambulantes; catadores de materiais recicláveis; pescadores; e colhedores de laranja são danosas. As condições de segurança no trabalho mereceram atenção especial. Os riscos de violência, como roubos, tentativas de homicídio, acidentes de trânsito, atropelamentos e agressões físicas e verbais, entre outros, estão presentes no cotidiano desses trabalhadores. O sofrimento mental que vivenciam é excessivo e constante, numa rotina de intensificação no trabalho, jornadas prolongadas, ritmo incessante, ganhos por produção, rendimentos baixos, falta de perspectivas e de proteção legal.

O trabalho informal configura-se como uma regra normativa do mercado e se constitui nas tradicionais estratégias de sobrevivência de trabalhadores desempregados devido à reestruturação produtiva e às transformações econômicas, principalmente nas décadas de 80 e 90. A crise financeira provoca a “corrosão do trabalho contratado” e a “erosão do emprego regulamentado” (ANTUNES, 2009) que foram dominantes até então no século 20 e que vêm sendo suplantados por diversas formas alternativas de trabalho e subtrabalho que frequentemente “substituem” o trabalho formal.

Minha pesquisa destaca os trabalhadores por conta-própria, trabalhadores autônomos, trabalhadores temporários e os assalariados sem carteira nos espaços da cidade, do campo e do mar. As formas de trabalho informal que configuram este segmento não são novas e fazem parte da “velha informalidade”. A questão é como essa “velha informalidade”, representada pelas ocupações tradicionais, faz parte da “nova informalidade”, decorrente do desemprego nas décadas de 80 e 90, e como ela está sendo adequada ao atual padrão de acumulação capitalista.

As atividades informais estudadas, apesar de possuírem características de atividade “autônoma” e “independente”, na verdade, explicitam a relação de subordinação à produção capitalista.



Os trabalhadores autônomos e as indústrias estão situados em pontas distintas da cadeia produtiva. As empresas se eximem de qualquer responsabilidade pela mão-de-obra daquele que fornece a matéria-prima para sua produção. Os trabalhadores informais não possuem qualquer vínculo de trabalho direto com as indústrias. A ausência do vínculo empregatício formal com as empresas é o fator mais agravante pois significa o não-reconhecimento dos direitos dos trabalhadores.

Por esse ângulo, percebe-se a crescente participação do trabalho informal nas esferas produtivas e improdutivas do capital. A imbricação de atividades “autônomas”; “independentes”; “assalariadas” é a regra no mercado. A visão de um mercado segmentado em setor formal, setor informal e setor marginal não corresponde aos resultados de minha pesquisa.

A utilização das trajetórias ocupacionais como instrumental analítico contribui para a compreensão e a discussão crítica dos conceitos teóricos sobre trabalho informal, empreendida em meu estudo. É possível observar que tanto “ao longo do tempo e em vários espaços”, quanto em “um mesmo ponto do tempo e do espaço”, o desenvolvimento de múltiplas atividades, de maneira concomitante ou sequencial, não permite uma análise a partir de categorias tradicionais e de sistema classificatório limitado.

O “estar trabalhador informal”, “estar trabalhador autônomo” ou, “estar trabalhador assalariado com carteira” revela a passagem por inúmeras ocupações formais e informais e a mudança constante a que os trabalhadores estão submetidos durante sua trajetória. A passagem por ocupações transitórias, que muitas vezes se tornam permanentes, interfere na experiência subjetiva dos trabalhadores e na construção da identidade social desses sujeitos.

Para os trabalhadores informais, em minha pesquisa, as trajetórias não tem a ver com carreiras profissionais predefinidas por referência ao modo de gestão da empresa, ou às regras definidoras dos grupos e categorias profissionais. As biografias possuem distâncias significativas em relação aos modelos institucionais estabelecidos de carreiras existentes, como o assalariado em uma indústria ou um desempregado. Nesta perspectiva, a busca identitária depende mais de si mesmos que de outrem.

É possível constatar que a inserção e permanência nessas ocupações informais e precárias ocorre por falta de opção. A rotatividade de trabalho ocorre entre ocupações



informais e precárias. O subemprego provisório-permanente, a instabilidade no trabalho, a insegurança financeira, a pobreza e a ausência de direitos acabam sendo a dura realidade de milhões de brasileiros, tanto homens, quanto mulheres, idosos e jovens. O trabalho informal e suas consequências sobre a saúde dos trabalhadores, os acidentes de trabalho e as doenças profissionais são motivos de preocupação de organizações nacionais e internacionais.

A política de inclusão social dos trabalhadores informais deve ser no trabalho decente - o que implica ter proteção legal, direitos trabalhistas e previdenciários, garantias de condições de saúde e de segurança no trabalho e respeito nas relações de trabalho. A dignidade do trabalhador deve ser respeitada, muito além das metas de produção e dos lucros das empresas e negócios em geral.

A eficácia das políticas públicas⁵ voltadas a esse segmento da população é alvo de críticas e controvérsias. Sem tirar o mérito das inúmeras iniciativas de inclusão para a formalidade, de combate à desigualdade social, precisamos questionar o modelo de desenvolvimento econômico e social e o papel do Estado. Vivemos numa “sociedade salarial incompleta”, desde sempre, e possuímos uma “cidadania regulada” pelo trabalho formal. Nesse contexto, encontramos uma grande porcentagem de brasileiros que vivem em condições precárias, sem qualquer proteção, na pobreza e na miséria.

É importante mantermos os ideais de um “Estado de Bem Estar completo” e de uma sociedade civil mais participativa e solidária nas questões públicas. Nesse sentido, pensamos em um modelo de desenvolvimento em que sejam considerados os interesses sociais e a defesa do meio ambiente.

Sem igualdade social, o crescimento econômico não pode ser sustentável. Se não se ampliarem a todos os cidadãos as oportunidades reais disponíveis, os mercados de trabalho serão unicamente para as elites. A desigualdade social deve ser combatida através do compromisso do Estado com as camadas menos privilegiadas da sociedade e com o desenvolvimento sustentável. Apesar das dificuldades em identificar estratégias para alcançar tanto o desenvolvimento, como a liberdade para os indivíduos, num

⁵ Organização Internacional do Trabalho (OIT) (2009). A agenda do Trabalho Decente e a economia informal. Políticas para facilitar a transição para a formalidade. Seminário Tripartite “A economia informal no Brasil: políticas para facilitar a transição para a formalidade”. Brasília, 12 e 13 de maio de 2009. www.oitbrasil.org.br. Consulta realizada em: 17/09/2009.



contexto de tamanha desigualdade e pobreza existentes entre o povo brasileiro, é fundamental continuarmos buscando meios de tornar um mundo melhor para todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Maria Aparecida & TAVARES, Maria Augusta (2006). A DUPLA FACE DA INFORMALIDADE DO TRABALHO: “autonomia” ou “precarização”. IN: ANTUNES, Ricardo (organizador). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo.
- ANTUNES, Ricardo (2009). **Os dilemas do trabalho no limiar do século 21**. CULT, nº 139, Ano 12.
- ANTUNES, Ricardo (1999). **Os Sentidos do Trabalho**. Ensaio sobre afirmação e a negação do trabalho. Boitempo Editorial, São Paulo.
- BOURDIEU, Pierre (2003). Compreender. In: BOURDIEU, P; com contribuições de A. Accardo et. al. **A Miséria do mundo**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, p. 693.
- CACCIAMALI, Maria Cristina (2000). Globalização e Processo de Informalidade. **Economia e Sociedade**. Campinas: Unicamp. I.E., nº 14, pp. 152-174, junho.
- CASTEL, Robert (1998). **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis, Editora Vozes.
- CHESNAIS, François (1996). **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã Editora.
- COMIN, Álvaro A. (2003). **Migrações entre formal e informal: um survey com trabalhadores**. Série Estudos e Pesquisas. Salvador – Bahia, volume 66, p. 63-78.
- DUBAR, Claude (1998). Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. **Educação e Sociedade**, vol. 19, nº 62, Campinas; Apr..
- ESTENSSORO, Luís (2003). **Capitalismo, Desigualdade e Pobreza na América Latina**. Tese de Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP).
- GUIMARÃES, Nadya Araújo e HIRATA, Helena (org.) (2006). **Desemprego. Trajetórias, identidades, mobilizações**. São Paulo: Editora SENAC, São Paulo
- GUIMARÃES, Nadya Araújo (2002). **Por uma Sociologia do Desemprego**. Revista Brasileira Ciências Sociais, n. 17, nº 50, São Paulo, outubro.
- HIRANO, Sedi (2004). Capitalismos Mundiais, Desigualdade Social e a América Latina. **China em Estudo**, nº 6, (Publicação do Departamento de Letras Orientais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo).
- KOWARICK, Lúcio (1975). **Capitalismo e Marginalidade na América Latina**. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra.
- LIMA, Jacob Carlos & CONSERVA, Marinalva de Sousa (2006). Redes Sociais e Mercado de Trabalho: entre o Formal e o Informal. **POLÍTICA e TRABALHO. Revista de Ciências Sociais**, nº 24 Abril, pp. 73-98.
- LIMA, Jacob C. e Soares, Maria José Bezerra Soares. Trabalho flexível e o novo



- informal. **Caderno CRH**, 37, jul-dez 2002.
- LOWENSON, R. Health Impact of Occupational Risks in the Informal Sector in Zimbabwe (1998). **International Journal Environment and Occupational Health**, 4 (4): 264-274.
- MALAGUTI, Manoel Luiz (2000). **Crítica à razão informal: a imaterialidade do salariado**. São Paulo: Boitempo; Vitória: EDUFES, 173p.
- MATSUO, Myrian (2006). Death from external causes – Recent evolution and the need for change of focus. **OSH & Development**, nº 8, Swedish Association for Occupational and Environmental health & Development (UFA) December.
- MATSUO, Myrian (1997). **Acidentado do Trabalho: Reabilitação ou Exclusão?** Dissertação (Mestrado), Universidade de S. Paulo (USP). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Pós-Graduação em Sociologia. Orientador: Prof. Dr. Sedi Hirano.
- MATSUO, Myrian (1998). **Acidentado do Trabalho: Reabilitação e Exclusão?** Fundacentro/Ministério do Trabalho e Emprego.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE)(2006). **ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL**. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Brasília.
- OLIVEIRA, Francisco de (2003). **Crítica da razão dualista**. O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo Editorial.
- OLIVEIRA, Luiz Paulo Jesus de (2005). **A condição “provisória-permanente” dos trabalhadores informais: o caso dos trabalhadores de rua na cidade de Salvador**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pos-Graduação em Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia.
- POCHMANN, Márcio (2001). **O Emprego na Globalização**. São Paulo: Boitempo Ed.
- POCHMANN, Márcio(2000). “O Excedente de mão-de-obra no Município de São Paulo”. In: **CUT, Mapa do Trabalho Informal do Município de São Paulo**. São Paulo, CUT, pp. 11-18.
- PRANDI, José Reginaldo (1978). **O Trabalhador por conta própria sob o Capital**. São Paulo: Edições Símbolo.
- QUIJANO, Aníbal (1998). **La Economía Popular y sus Caminos em América Latina**. Lima Mosca Azul.
- QUINLAN, M; MAYHEW, C. & BOHLE, P. (2001). The global expansion of precarious employment, work disorganization, and consequences for occupational health: a review of recent research. **International Journal of Health Services**, 31: 335-413.
- ROSEMBLUTH, Guillermo (1994). Informalidad y Pobreza em América Latina. **Revista de la CEPAL**, nº 52, abril.
- TAVARES, Maria Augusta (2004). **Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho**. São Paulo: Cortez.
- TOKMAN, Victor E (2001). **De la informalidad a la modernidad**. Santiago, Oficina Internacional Del Trabajo, Organización Internacional Del Trabajo.